**saberes ribeirinhos quilombolas em diálogo por uma educação ao longo da vida: uma perspectiva na educação de jovens e adultos.**

CARDOSO, Maria Barbara da Costa

Doutoranda em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA

PEREIRA, Maria do Socorro Vasconcelos

Doutoranda em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA

**RESUMO**

A Educação de Jovens e Adultos, recentemente vem se constituindo na dialogicidade de consensos e dissensos por uma educação ao longo da vida delineando-se, as especificidades dos sujeitos. Cabe nesta produção contribuir com reflexões pertinentes a EJA na comunidade ribeirinha quilombola diante desta nova configuração no campo educacional e político. O direito à educação é reconhecido mundialmente e está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo aprovada pela Organização das Nações unidas (ONU) em 1949. Dessa forma, possibilidades de diálogos são propiciadas no campo educacional e político visando garantia de direitos que por muito tempo foi negado àqueles que vivem excluídos da sociedade. Utilizamos como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, análise documental de relatórios, registros da pesquisa de campo. Como resultado focamos dois momentos: 1- A Educação de Jovens e Adultos no remanso do contexto ribeirinho quilombola. Apresentamos o contexto da comunidade, a vida, saberes e educação dos sujeitos em sua especificidade. 2- No diálogo por uma educação ao longo da vida. Enfatisamos o diálogo provocado por sujeitos que buscam uma educação como garantia de direitos inerentes ao ser humano. Conclui-se assim, a necessidade de se fazer uma educação na EJA além da escolarização, assegurada de fato, por toda a vida.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e adultos - ribeirinhos quilombolas - saberes.

**INTRODUÇÃO**

Ocontexto ribeirinho quilombola na Amazônia, permeado por saberes culturais os mais diversos, se confronta com situações de exclusão e direitos negados diante da sociedade capitalista que por interesses próprios, vê a Amazônia apenas como recurso, como base para exploração e reprodução das condições da existência, não somente pela natureza ambiental, mas principalmente, pela exploração e degradação de seus sujeitos.

Suscitar reflexões pertinentes a EJA na realidade ribeirinha quilombola nos traz desafios e possibilidades de uma nova construção baseada em diálogos e uma relação mais horizontal entre os diversos sujeitos da educação. Assim, buscamos refletir a nova configuração da EJA que vem se constituindo permeada por consensos e dissensos em ações por uma educação ao longo da vida. Isto implica assumirmos a EJA além da escolarização, voltada a uma educação que segundo a VI CONFINTEA (2009) veio se tornar um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos.

No primeiro momento desta produção, nos referimos ao contexto ribeirinho quilombola da comunidade de Itacuruçá que se localiza no município de Abaetetuba-Pará. Sua riqueza consiste em experiências de vida, saberes culturais que marcam a identidade ribeirinha quilombola. Enfatisamos a Educação de Jovens e Adultos neste contexto.

No segundo, com a pretensão de contribuir com o foco educacional da EJA na comunidade ribeirinha quilombola trazemos a átona momentos marcantes de construção e desconstrução que contribuíram nesta modalidade de ensino. Nos últimos tempos vivenciou-se a nível internacional e nacional diálogos em relação à organização por uma política de educação para todos e de qualidade, desencadeando discussões e ações no assumir uma educação de reconhecimento à subjetividade, à diversidade, aos saberes de seus sujeitos. Consolidando assim, não somente em modalidade de ensino que se tornou pertinente às inúmeras reflexões pedagógicas, mas a extensão de afirmação nas políticas públicas.

**1-A Educação de Jovens e Adultos no remanso do contexto ribeirinho quilombola.**

Freire (1983, 1986) nos incita a partirmos da leitura do mundo, da realidade, da história dos sujeitos, para de fato, fazermos leitura da palavra. Dessa forma, vamos nos ater ao remanso dos saberes, que segundo os ribeirinhos, significa um movimento lento das águas, de certa forma, águas sossegadas.

Assim, no remanso das águas da comunidade remanescentes quilombolas de Itacuruçá apresentamos o nosso lócus de pesquisa focando, a priori, o contexto do Município de Abaetetuba-Pará.

Abaetetuba, com suas setenta e cinco ilhas na região amazônica, apresenta um cotidiano imprescindível de ser documentado para conhecimento do povo presente e para as futuras gerações. Sobre sua origem, não há uma história definitiva e verdadeira, mas interpretações do passado feitas por homens e mulheres do presente, conforme cada localidade, cada ilha, cada braço de rio e igarapé. Cidade e comunidades adjacentes, impregnadas de mitos, crendices, causos, lendas e tantas outras sabedorias, que não chegam a ser documentadas devido à infinitude de saberes que para o povo ribeirinho, traz uma realidade singular.

Conforme documentos[[1]](#footnote-1) Abaetetuba, cidade do Pará da região amazônica, situa-se na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins, foi primitivamente chamada Abaeté, topônimo indígena que significa homem forte e valente. Hoje possui uma população de 151.054 habitantes, numa área de 1.611km². No setor educacional conta com 189 escolas do Ensino fundamental, 18 do Ensino Médio e 156 escolas de Ensino Infantil, incluindo-se turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Dentre as ilhas de Abaetetuba, a comunidade de remanescentes quilombolas localiza-se na ilha de Itacuruçá, sendo dividida em: Alto, Médio e baixo Itacuruçá. Esta última é composta por 116 famílias com uma população de 580 habitantes num território de 11.458,532 km². Foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº 2001/274.554, localizada no município de Abaetetuba com área total de 11.458, 5310 ha. (ITERPA-GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2002).

A comunidade do Baixo Itacuruçá, numa identidade de sujeitos quilombolas vivencia o cotidiano ribeirinho. Segundo Furtado e Melo (1993) o termo ribeirinho é usado na Amazônia para designar as populações humanas que moram à margem dos rios e que vivem da extração e manejo de recursos florestal, pesca e da agricultura familiar. Os caboclos ou ribeirinhos amazônicos, por sua vez, são representados, principalmente, por populações que vivem da pesca nas várzeas e rios de forma artesanal e atualmente, o destaque são as olarias.

Toda a vida do homem ribeirinho depende do rio uma vez que o mesmo é utilizado como via de acesso, e no trabalho serve de escoamento da produção de tijolos. Para escoar a produção e se locomover para as localidades mais próximas, usam a rabeta que é um tipo de embarcação pequena com motor, É um transporte aquático rápido com capacidade para 15 pessoas, comum entre as famílias de ribeirinhos da Amazônia.

Dentre as principais atividades econômicas em Itacuruçá pode-se destacar o extrativismo e manejo de açaizais nativos, produção de carvão, telha cerâmica, comercialização de lenha para as olarias e cultivo da mandioca. A produção de açaí é muito forte, porém grande parte ainda é destinada ao consumo das famílias. Esta colheita se faz de forma rudimentar e cultural exigindo muita habilidade dos apanhadores do açaí. A lenha extraída das capoeiras que não é transformada em carvão é comercializada para 35 olarias em parceria com a ARQUIA, que produzem entre 600 a 800 telhas/dia/olaria, gerando emprego direto para aproximadamente 275 famílias participantes da associação. Dos 400 agricultores sócios da ARQUIA, 120 se dedicam ao cultivo da mandioca, porém de maneira ainda rudimentar.

Das atividades mais rudimentares e de certa forma, artesanal, se sobressai o realizado nas olarias, tornando-se laborais insalubres, cansativas, e com extensas horas de trabalho árduo. São tarefas que exige muito esforço físico desde as atividades de produção de tijolos à preparação e separação da argila nas marombas (local onde se produz telhas e tijolos de argila), e ainda, da queima da argila e de sua secagem natural. As marombas ficam localizadas na beira dos rios, geralmente próximo da residência da família até o escoamento da produção.

O trabalho na olaria vem beneficiar a comunidade proporcionando geração de emprego e renda para um elevado número de pessoas que trabalham como lenhadores, barreiros, queimadores, barqueiros, artesões da maromba, além dos atravessadores que compõem toda uma cadeia produtiva. Esses atravessadores são os que investem com o capital financeiro para manutenção do processo das olarias. Lucra quando compra a produção abaixo e revende acima do preço de mercado.

A tradição cultural é um fator determinante nesta atividade, pois o ofício de oleiro é repassado de geração a geração. E de maneira natural, no convívio coletivo, vão repassando suas experiências e vivências do dia a dia. Esses sujeitos, trabalhadores carregam uma história de vida e trabalho. Assim, focamos o período anterior aos anos 90, em que a comunidade de Itacuruçá caracterizava-se na categoria “populações tradicionais”, notadamente na Amazônia, que se destaca do resto do Brasil no tocante à importância relativa de suas populações rurais, em comparação às urbanas.

Segundo VILHENA (2005), as populações tradicionais são aqui entendidas como aquelas que habitam o interior da Amazônia, cuja relação com a natureza é marcada por um processo adaptativo herdado culturalmente de antigos grupos nativos da região. Dentre elas, destacam-se populações ou comunidades geralmente designadas por um outro termo que hoje ganha conotações políticas: as ribeirinhas, quando se trata daquelas que habitam às margens dos rios nesta região, vivendo da extração e manejo de recursos florestais e aquáticos e da pequena agricultura.

Interessante, que até o final da década de 1990 se dizia que os moradores de Itacuruçá eram considerados ribeirinhos. Mas com as pesquisas realizadas pela Diocese de Abaetetuba articuladas com a Associação dos Moradores das Ilhas (AMIA) foi constatado que os ribeirinhos de Itacuruçá eram remanescentes de quilombos. Esses remanescentes são herdeiros das lutas e tradições de quilombos, ou seja, demarcam tais espaços como fruto de remotas ocupações negras e estabelecem o direito à terra.

A partir dos primeiros anos do século XXI, com a nova configuração da política marcada pela inserção dos territórios quilombolas com relação à promoção de ações que visam direitos e justiça social, emerge então, intensas organizações dos movimentos sociais com debates acerca do direito a propriedade da terra para os grupos caracterizados como remanescentes quilombolas, conquista que se dá a partir do evidenciamento de diversas comunidades em todo país e reconhecidas legalmente pelo processo de titulação.

O Caderno do ITERPA-Instituto de Terras do Pará (2009), ressalta que a luta pelo reconhecimento do domínio de terras das comunidades remanescentes de quilombos do Pará é um marco para os movimentos sociais. Assim como ocorreu em nível federal, também no Pará a consagração constitucional do direito ao título da terra não foi fruto do trabalho desenvolvido pelos quilombolas, mas do movimento negro urbano, encabeçado pelo Centro de Estudos e Defesas dos Negros no Pará – CEDENPA. Sua primeira vitória foi a inserção na Constituição Estadual do art. 322, que apresenta a seguinte redação:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição.(CADERNO ITERPA,2009, p.34-35)

Arruti (2006)[[2]](#footnote-2), se insere no debate proveniente dessa normatização de demandas sociais e representa importante contribuição para a implementação de um direito que traz inúmeras implicações no plano das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade. Enfatiza que o ano de 1988 representou um importante marco na história política e social do Brasil, pois neste momento ocorreu a promulgação de um novo texto constitucional que ao mesmo tempo em que procura romper com o período ditatorial pós-64, eleva à categoria de sujeitos de direitos agrupos secularmente marginalizados durante o processo de formação da “nação brasileira” (p.28). Assim, destaca-se como resultado das lutas empreendidas pelos movimentos sociais de corte étnico/racial negro, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim dispõe: “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Na educação, a comunidade de Itacuruçá que traz marcas identitárias ribeirinhas quilombolas é fortalecida pela organização nos movimentos populares e associações. Em relação à educação escolarizada, esta recebe atendimento da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba. Destacamos a Escola Nossa Senhora de Nazaré que atende o Ensino Infantil (31alunos/as) e Fundamental de 1ª à 4ª série e/ou (1º ao 5º ano) e 5ª à 8ª série e/ou (6º ao 9º ano) regular (141 alunos/as) e EJA - 1ª e 2ª etapa correspondente ao Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série (60 alunos/as), totalizando 232 alunos/as.

A Educação de Jovens e Adultos com matrícula inicial de 60 alunos em 2016 formou 03 turmas. Contou com 03 professoras com formação no Magistério, 01 coordenadora pedagógica e 01 diretora. Se faz presente também no cotidiano da escola, os moradores comunitários que contribuem com diversos trabalhos desenvolvidos na escola.

Os sujeitos ribeirinhos quilombolas que compõem esta modalidade de ensino em Itacuruçá trazem no seu dia - a dia, uma sobrecarga do trabalho de subsistência e de exclusão de seus direitos enquanto cidadãos. São jovens adolescentes apresentando distorção série/idade que não encontraram espaço e apoio na escola diante de sua realidade de trabalhador/a. São pessoas jovens e adultas que não tiveram chance, nem oportunidade de estudos na infância ou adolescência e que retornam à escola.

Após árdua jornada de trabalho de atividades laboriosas, insalubres, cansativas, quer seja nas olarias ou na agricultura, esses jovens e adultos enfrentam o desafio de estudar na EJA no ensino noturno. Novos desafios são postos diante de uma comunidade que traz marcas identitárias bem tradicionais, com uma educação fortalecida nos princípios e valores religiosos.

No entanto, numa diversidade cultural formada por traços geográficos amazonense, com seus povoados circundados por águas, terra firme, florestas, condições de vida precária em estruturas físicas e humanas, dificuldades de acesso às comunidades ribeirinhas que favorece muito mais a exclusão requer, portanto, uma política do setor educacional do município que venha primar por uma educação de melhoria na qualidade de educação e condições de vida do povo ribeirinho quilombola.

Na Secretaria Municipal de Educação desse município, obtivemos informações sobre os programas de atendimento à EJA que veio se firmar a partir de 1997 com o Plano estratégico de educação de Jovens e adultos com o título: EJA construindo cidadania Este movimento em prol da melhoria da qualidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos em Abaetetuba prescinde deste período quando foi ofertada no município a primeira turma de EJA. Para tanto, é necessário fazer um resgate dessa trajetória.

A década de 80, para esta região Tocantina, foi um período marcante para a população. A empresa Albrás/Alunorte da Vale do Rio Doce, foi implantada nesta região, mas especificamente no município vizinho de Barcarena, Abaetetuba sofreu um significativo aumento da população local, isto se deve principalmente, a especulação dessas empresas estrangeiras favorecendo a oferta de mão de obra barata aos filhos da terra(os abaetetubenses) e empregos de médio e alta escala a pessoas qualificadas que vinham de outros países ou outros estados.

O êxodo rural fez com que surgissem novos bairros periféricos, inclusive por meio de “invasões” e/ou “ocupações” de terras ociosas ou terrenos públicos caracterizando-se uma população originária da meio rural (da estrada, ramais e ilhas) do município, que em sua maioria não tiveram acesso à Educação Escolar. Após a etapa de trabalho emergencial, com a diminuição das ofertas de emprego, parte dessa população não teve como retornar ao seu lugar de origem, acumulando-se nos bairros periféricos e área rural, onde atualmente ainda se constata o maior contingente de jovens e adultos sem escolaridade.

No ano de 1998 a 1999, houve expansão para 10 (dez) escolas, no atendimento, devido à municipalização e na época Ensino Supletivo de 1ª a 4ª séries. No ano 2000 foram atendidas, 65 (sessenta e cinco) turmas, com 1.838 (mil oitocentos e trinta e oito) alunos na área urbana e rural.

No início de 2001, a Secretaria Municipal de Educação, recebeu matrícula de 122 (cento e vinte e duas) turmas em 43 escolas, na área urbana e rural, no entanto, somente 86 (oitenta e seis) turmas foram atendidas, devido à situação das instalações elétricas, nas ilhas e centro que funcionavam à luz de velas, faróis a gás, baterias ou gerador. Presenciava-se assim, os altos índices de Evasão, falta de corpo docente qualificado para atuar de acordo com as especificidades das turmas. Constatava-se a falta de formação continuada, material adequado e regionalizado, material didático-pedagógico e escolar, tanto para o professor como para os alunos, problemas com a iluminação elétrica das escolas do meio rural, e deficiência visual dos alunos, atendimento técnico pedagógico, dentre outros problemas emergiam desde então.

Em 2016 a Educação de Jovens e Adultos atendeu um número de 3.751 alunos distribuídos em 221 turmas de 105 escolas e conta com o apoio de 12 coordenadores pedagógicos que atuam diretamente nas escolas da sede que visam realizar ações de acompanhamento pedagógico a alunos e professores.

No entanto, dando ênfase aos saberes ribeirinhos quilombolas percebe-se o distanciamento no atendimento a esta realidade desde o estado de precarização de nossas escolas, sem recursos adequados e descaso de uma política específica para estas comunidades.

Faz-se necessário, primeiramente, uma educação em diálogo com esses sujeitos, não para eles, mas com eles. Eles são sujeitos partícipes desse processo e por isso precisam estar inseridos nas discussões que lhes dizem respeito.

Como a reivindicação por direitos e reversão da situação de exclusão é um processo de luta, diálogo e conquistas, se faz necessário pontuar algumas contribuições que permeia a busca de se consolidar uma aprendizagem e educação ao longo de toda a vida. Dessa forma, é pertinente refletirmos se é possível uma Educação de Jovens e Adultos voltada à especificidade da comunidade ribeirinha quilombola em que os sujeitos em sua diversidade e particularidade se sintam inclusos no processo. Portanto, é nossa pretensão neste segundo momento.

**2**-**No diálogo por uma educação ao longo da vida.**

Concerne que ao frisar a Educação de Jovens e Adultos é necessário nos reportar a alguns momentos marcantes que contribuíram com a reconceitualização desta modalidade de ensino. Nos últimos tempos vivenciou-se diálogos no âmbito internacional e nacional em relação à organização por uma política de educação para todos e de qualidade desencadeando a consolidação da modalidade de ensino na educação formal e que se tornou pertinente às inúmeras reflexões política- pedagógicas.

Chegamos à década de 90 com políticas públicas educacionais pouco favoráveis a este setor. Isto porque os programas que foram ofertados após 1988 estiveram longe de atender a demanda populacional. Somente em alguns Estados que sempre tiveram grupos com história política voltada para a organização popular se preocupavam em firmar convênios que possibilitassem melhores perspectivas de educação e participação popular. A educação para jovens e adultos ficava a critério de entidades filantrópicas, parcerias, Igrejas, etc.

O início dos anos 90 foi marcado por um evento inédito que muito prometia em relação ao futuro da educação de jovens e adultos. Neste ano foi declarado pela Organização das Nações Unidas como Ano Internacional da Alfabetização que se realizou em Jonthien, na Tailândia, uma Conferência Mundial que reuniu entre seus patrocinadores, pela primeira vez, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o Banco Mundial. Neste evento foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que propunha uma abordagem global do problema educacional no mundo, uma importante ampliação do conceito de educação básica e ações coordenadas em vários níveis.

Muitas das orientações dessa conferência dinamizaram reformas educativas que haviam se iniciado na década anterior em países em desenvolvimento, evidenciando que a educação ganhava destaque entre as demais políticas sociais. A Declaração de Jonthien deu destaque à educação de jovens e adultos, incluindo metas relativas à redução de taxas de analfabetismo, além da expansão dos serviços de educação básica e capacitação aos jovens e adultos, com avaliação sobre seus impactos sociais.

Nesta nova vertente, há uma articulação nacional e internacional entre o Governo Federal e seus Órgãos de Administração Direta com os diversos setores ligados a EJA de mobilização e organização social. Esta articulação teve o auge justamente a partir da década de 90 num momento de reação aos desmontes de Programas educativos voltados à EJA, nos quais educadores, pesquisadores, instituições governamentais, não governamentais. ONGs e Movimentos Sociais se articulam visando discutir, congregar, propor novos caminhos e experiências da EJA e sua relevância para a sociedade.

Em 1997, acontece relevante marco para a Educação de Jovens e Adultos. Trata-se da Conferência de Hamburgo (CONFINTEA V) na Alemanha, promovida pela UNESCO. Este evento tornou-se importante à medida que estabeleceu a vinculação da educação de jovens e adultos com o desenvolvimento sustentado e equitativo da humanidade. Aqui se criou o Decênio da Alfabetização em homenagem a Paulo Freire.

Anterior a este evento aconteceram os primeiros Fóruns de EJA e Encontros Nacionais de EJA-ENEJA no Brasil convocados pela UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias a V CONFINTEA. Estes eventos contribuíram para que o MEC viesse a ser um interlocutor privilegiado, com o qual os Fóruns vêm travando parcerias e contribuindo na formulação e efetivação de ações educativas voltadas a Educação de Jovens e Adultos.

O Encontro Nacional de EJA e, também, um espaço a mais em que se exercita a convivência com as diferenças e com modos de pensar a EJA, produzindo, democraticamente, respostas a questões candentes que precisam ser tratadas em nível nacional e articuladas em todo o país, alterando o quadro das políticas, ainda fortemente marcadas, nos níveis locais, por concepções escolares presas às praticadas nas escolas regulares para crianças. O campo de conhecimento vivenciado por jovens e adultos no mundo exige renovação permanente e formulação curriculares adequadas às necessidades básicas de aprendizagem desses sujeitos. (Relatório Histórico dos Fóruns de EJA-2008)

Outro marco de fundamental importância para a educação de jovens e adultos no Brasil foi também a Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI, ocorrida em Belém, em dezembro de 2009. O grande desafio posto é de envidar ações que sejam implementadas nas políticas públicas da educação de jovens e adultos. O esforço que a CONFINTEA VI representa somente se justifica na melhoria de acesso a processos de educação e aprendizagem de jovens e adultos de qualidade e no fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos. Enfatizou que esta aprendizagem se constitui:

[...] uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento. (Relatório CONFINTEA-2009-Belém)

A organização dos Fóruns Nacionais da EJA e Conferência Internacional (CONFINTEA), que trazem por objetivo construir a especificidade da EJA no sistema público, por suas características, expressão máxima de processos de exclusão da sociedade, devem combater modelos econômicos excludentes, produzindo identidades em que o ser humano, na sua integridade, constitua o eixo central de mudanças sociais. Neste processo afrontam a globalização, estimuladora de processos educacionais que inviabilizam o diálogo, o olhar para o diferente, para as questões de diversidade- gênero, raça, etnia, interculturalismo etc. - e para o reconhecimento da história da humanidade.

Hoje há o reconhecimento do direito dos jovens e adultos à educação, e o dever do Estado em oferecer educação para essa população não escolarizada. O campo de atuação da EJA incorpora tanto as perspectivas de Educação Popular que lida com questões de direitos ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao emprego, etc. desenvolvidas nas lutas sociais, quanto às perspectivas da educação escolar.

Reconhecer as especificidades curriculares, as relações espaço-temporais e a necessidade de reformulações curriculares que articulam a EJA com a educação para toda a vida é condição para o reconhecimento do direito a educação de jovens e Adultos. (RELATÒRIO DO XI ENCONTRO NACIONAL DA EJA-BELÉM-2009).

A experiência sociabilizada a nível internacional e nacional recomenda flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de educação, combinando meios de ensino presenciais e à distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente mediante diferentes trajetórias formativas.

A construção de idéias, pensamentos que permeiam a Educação de Jovens e Adultos não pode ser discernida da história da educação como um todo, e esta por sua vez está envolta na história dos modelos econômicos e políticos e, conseqüentemente, na história das relações de domínio dos grupos que estão no exercício do poder, dessa forma, no processo de exclusão.

Neste sentido, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta sobre diversos paradigmas que se presenciam em diversos contextos, e vai se firmando mais do que um direito. Vem como conseqüência do exercício de cidadania como fundamental para uma plena participação na sociedade. Vários momentos foram construídos para se legalizar, por meio de Leis e Decretos, a Educação de Jovens e Adultos. É cabível, a cada um que se identifica neste compromisso por uma educação libertadora, reivindicadora de direitos, se unir nesta luta, neste processo pela garantia de políticas de forma mais efetiva, transparente, eficaz e responsável, envolvendo nas decisões representantes dos segmentos que participam da EJA.

**CONCLUSÃO**

Ao partirmos do contexto ribeirinho quilombola torna-se pertinente pensar a EJA com base nas demandas de aprendizagem voltada às suas experiências e saberes que faz do jovem e adulto um aprendiz que dialoga frente aos novos conhecimentos a partir de sua própria realidade.

Reconhece-se o dilema vivenciado pelos jovens na constituição de sua identidade entre a infância e a idade adulta. O campo do trabalho para os jovens da classe popular tem acontecido de maneira precoce e emergencial para ajudar no sustento da família ou mesmo para sua própria sobrevivência.

Nessas relações, a educação é vivenciada pelos jovens e adultos na sua diversidade da realidade cotidiana. Para o jovem filho/a de trabalhador/a ou ainda é trabalhador/a, que por diversos motivos, inclusive extensa jornada de trabalho, tarefas que variam conforme a função exercida e muitas vezes, cansativas, enfim, o trabalho passa a ser mencionado como um dos fatores do atraso nos estudos e maior permanência no sistema educativo para conclusão de escolaridade.

Esta reflexão ao focar os sujeitos da EJA: o adulto trabalhador/a e o jovem trabalhador/a ou filho/a de trabalhador/a veio retificar que esses sujeitos pelo seu trabalho vivenciam uma realidade como ente humano, em um mundo de circunstâncias, em momentos históricos - sociais, nas relações que mantém com seus semelhantes. A natureza do seu trabalho identifica o saber que eles próprios (os trabalhadores) elegem como necessários para sua vida.

A Educação de Jovens e Adultos, no momento atual traz as marcas de lutas, avanços e conquistas presenciadas na Legislação em vigor. A Constituição de 1988 que rege o ensino fundamental como direito subjetivo, inclusive para os que não tiveram oportunidade de cursá-lo ou concluí-lo na ‘idade própria’ e reafirmada na LDB 9394/96 que estabelece a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica regular que deve se adequar às necessidades de aprendizagem e disponibilidade dos educandos enquanto trabalhadores. No entanto, mais de 14 milhões de jovens e adultos acima de 15 anos permanecem sem escolaridade. Para tanto, se faz necessário a implantação de políticas públicas específicas para atender esta demanda.

A Educação de Jovens e Adultos atualmente vem sendo reconhecida como um processo de aprendizagem que perpassa a escolarização. Trata-se assim, de um processo educativo que vem se constituindo no coletivo de seus sujeitos. Os sujeitos da EJA podem ampliar e partilhar seus conhecimentos e saberes acumulados ao longo de sua vida em qualquer que seja a idade. Concerne, portanto, que a EJA seja compreendida como um processo que se faz no desenvolvimento do potencial e autonomia de cada sujeito norteado pelo processo de escolarização, mas que também se faz por meio de tantas outras possibilidades de educação ao longo da vida, principalmente pelos movimentos sociais,associações,organizações comunitárias e outros.

Enfim,quando o acesso, permanência e conclusão da etapa de escolarização básica de qualidade for garantida para os jovens e adultos e novas possibilidades no processo de educação forem proporcionadas sentiremos de fato, que uma EJA no seu diferencial poderá ser construída, como nos diz Paulo Freire (1993) é necessário uma reflexão e ação dos homens e mulheres sobre o mundo para transformá-lo e esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora e objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela.

**REFERENCIA**

ARRUTI**,** José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de**

**Formação quilombola***.* Bauru, SP: Edusc, 2006.

CADERNO ITERPA.**Dados e mapa.**Pará**,** 2009. Disponível: **www.iterpa.gov.br**

FREIRE. Paulo. **Conscientização. Teoria e Prática da Liberdade**. Introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 1983.

.....................**Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1986

FURTADO. L. Leitão, W., Mello, A. F. (1993). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA.

IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Dados da Educação**. SUFRAMA IBGE- 2010. Disponível: [www.ibgecidades@.gov.br](http://www.ibgecidades@.gov.br).

LOBATO**,** Maria de Nazaré Carvalho. **Fatolendas** .Belém:Falangola,1990.

MONTE SERRAT**,** Maria. **Verdades, Atos e Fatos Ainda não ditos**. Belém: Arajá,1990.

VILHENA.Josiel do.Rêgo.**Relação sociedade/natureza: Adaptabilidade humana frente a escassez do pescado em uma párea do estuário Amazônico.**Universidade Federal do Pará- Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado-Belém-PA. 2009. Disponível em [**www.ufpa.br**](http://www.ufpa.br)**.**

1. -Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA IBGE- 2010. Disponível: www.ibgecidades@.gov.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. - O autor é historiador por formação, doutor em Antropologia Social, pesquisador vinculado ao Centro Brasileiro de Antropologia (CEBRAP) e coordenador da ONG Koinonia que se dedica à pesquisa e mapeamento dos territórios quilombolas, além de ter publicado diversos artigos relacionados à etnologia e história. [↑](#footnote-ref-2)